

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.531.124 - RS (2015/0096646-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : **UNIÃO**  
**RECORRIDO** : **FERNANDO FRASCA CANDIDO JÚNIOR**  
**RECORRIDO** : **ANTONIO MASSAFUMI KUAMOTO**  
**RECORRIDO** : **PATRICIA SOARES FINKLER**  
**ADVOGADO** : **EMÍLIO RÉGIS KILA E OUTRO(S) - RS043107**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela União, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 229):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DA RECEITA FEDERAL. PORTO ALEGRE. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. PERCEPÇÃO RETROATIVA.

1. Verificada a presença de condições de periculosidade nas tarefas executadas pelos servidores lotados na Delegacia da Receita Federal, prédio-sede do Ministério da Justiça, em Porto Alegre/RS, o que já foi inclusive reconhecido administrativamente, sendo devida percepção retroativa do adicional.
2. Existência de periculosidade no local em razão da presença de dois tanques de armazenamento de óleo diesel no subsolo do edifício onde exercem suas funções.
3. Devido o pagamento do adicional aos servidores em face da instalação dos tanques de abastecimento de óleo diesel no subsolo do prédio onde atuavam, no período de maio/2001 e maio/2006, observada a prescrição quinquenal tendo em vista a existência do perigo iminente provocado pelos mesmos, atestado por laudo pericial.

Opostos embargos de declaração, estes foram parcialmente providos apenas para fins de prequestionamento (e-STJ, fls. 261-264).

Sustenta a recorrente a nulidade do acórdão impugnado, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto no art. 535, II, do Código de Processo Civil/1973.

Assevera que o acórdão foi omissivo em apreciar a ofensa aos seguintes dispositivos: a) arts. 1º e 10 do Decreto n. 20.910/1932; 178, § 10, 206, § 2º, do Código Civil; e 303, II, do Código de Processo Civil/1973; b) 68, §§ 1º e 2º, 69, 70 e 71 da Lei n. 8.112/1990; 1º e 6º do Decreto n. 97.758/1989; 12 da Lei n. 8.270/1991; 195 e §§ 1º, 2º e 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho, na redação dada pela Lei n. 6.514/1977.

No mérito, alega contrariedade aos arts. 1º e 10 do Decreto n. 20.910/1932; 178, § 10, 206, § 2º, do Código Civil; 303, II, do Código de Processo Civil/1973,

por entender ser o caso de prescrição bienal e não quinquenal.

De outro lado, aduz malferimento aos arts. 68, §§ 1º e 2º, 69, 70 e 71 da Lei n. 8.112/1990, c/c os arts. 1º e 6º do Decreto n. 97.758/1989; 12 da Lei n. 8.270/1991; 195 e §§ 1º, 2º e 3º, da CLT, na redação dada pela Lei n. 6.514/1977, sob o fundamento de que o adicional de periculosidade somente poderia ser pago após o cumprimento de todos os requisitos legais e regulamentares.

Defende, no ponto, que a condição de periculosidade somente poderia ser atestada por meio de perícia realizada por Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho.

Argumenta ainda que "não basta a existência do aludido tanque de óleo diesel e gerador no prédio para o imediato pagamento do adicional de periculosidade a todos os servidores, ausente laudo contemporâneo atestando a efetiva exposição aos agentes perigosos, com o descumprimento das normas técnicas de proteção" (e-STJ, fl. 302).

Sem contrarrazões, conforme certidão à e-STJ, fl. 322.

É o relatório.

Não merece prosperar a tese de violação do art. 535, II, do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada, resolvendo as questões suscitadas pela recorrente.

Com efeito, a Corte de origem concluiu que seria o caso de incidência da Súmula 85 do STJ no tocante à prescrição, bem como que estaria comprovada a periculosidade no período cujo adicional foi vindicado pelos autores (e-STJ, fl. 224):

Em casos da espécie, incide a Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça, consolidando o entendimento já consagrado na jurisprudência, assevera que: 'Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a fazenda pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação'.

[...]

No caso, resultou demonstrada a periculosidade pela existência de tanques de abastecimento de óleo diesel no local de trabalho dos autores, no prédio da Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre.

[...]

No que tange à possibilidade de os efeitos do laudo pericial produzido no ambiente em que a parte autora desempenha suas atividades habituais, alcançarem período anterior à sua elaboração, entendo mereça prosperar a pretensão da parte autora, na medida em que a existência do perigo é reconhecida pela presença dos tanques de abastecimento no subsolo do prédio onde os autores exercem suas funções. Portanto, constada a existência dos indigitados tanques, mesmo que anteriormente ao laudo, é de se reconhecer que àquele período o risco já existia (destaque não original).

O laudo pericial, objeto da controvérsia, que reconheceu a periculosidade foi elaborado em 05/11/2007, tendo por base a existência de tanques de abastecimento no local de trabalho dos autores, revela que a existência de risco se deve à instalação dos tanques, o que se deu em 21/05/2001, sendo conclusivo no sentido de que os funcionários lotados no prédio da Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre, trabalhavam em condições de periculosidade, enquanto subsistissem naquele local os tanques em questão. Portanto, é de se concluir que por todo o período de permanência dos tanques no subsolo do prédio da Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre, subsistiu a periculosidade, e o direito dos autores a percepção do respectivo adicional (destaque não original).

Sendo assim, não há que se falar em omissão, obscuridade, contradição ou erro material do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC/2015.

1. De acordo com o previsto no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão atacado ou para corrigir erro material.

2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no REsp 1.211.307/RJ, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 21/9/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MEDIDA CAUTELAR FISCAL JULGADA PROCEDENTE. HONORÁRIOS DE ADVOGADO DEVIDOS, PELA PARTE VENCIDA. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBATÓRIO, CONCLUIU QUE NÃO HOUVE PERDA DE OBJETO DA MEDIDA CAUTELAR FISCAL E QUE, SENDO A RÉ, ORA AGRAVANTE, VENCIDA NA CAUSA, COMPETIA-LHE O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, NO QUAL FOI ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 20 E 535 DO CPC/73, POR INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Não procede a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/73, pois, na forma da jurisprudência firmada pelo STJ, sob a égide do CPC/73, os Embargos de Declaração têm, como objetivo, sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão. Não há omissão, no acórdão recorrido, quando o Tribunal de origem pronuncia-se, de forma clara e precisa, sobre as questões postas nos autos, adotando fundamentos suficientes para embasar a decisão, tal como ocorreu, *in casu*, em que a questão em torno da alegada aplicabilidade do princípio da causalidade foi decidida, pela Corte de origem. Com efeito, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: STJ, REsp 739.711/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJU de 14/12/2006. Além disso, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Em igual sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJU de 23/04/2008.

[...]

(AgInt no AREsp 1.060.570/MT, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 24/8/2017)

Superada a questão preambular, afasto a incidência da prescrição bienal, haja vista que o entendimento adotado no acórdão recorrido – de aplicar a prescrição quinquenal ao caso – está em consonância com a jurisprudência consolidada desta Corte, pela qual, nas ações contra a Fazenda Pública, prevalece o disposto art. 1º do Decreto-Lei n. 20.910/1932 sobre as disposições do Código Civil, ante o princípio da especialidade.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ARTIGO 543-C DO CPC). RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL (ART. 1º DO DECRETO 20.910/32) X PRAZO TRIENAL (ART. 206, § 3º, V, DO CC). PREVALÊNCIA DA LEI ESPECIAL. ORIENTAÇÃO PACIFICADA NO ÂMBITO DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. A controvérsia do presente recurso especial, submetido à sistemática do art. 543-C do CPC e da Res. STJ n 8/2008, está limitada ao prazo prescricional em ação indenizatória ajuizada contra a Fazenda Pública, em face da aparente antinomia do prazo trienal (art. 206, § 3º, V, do Código Civil) e o prazo quinquenal (art. 1º do Decreto 20.910/32).

2. O tema analisado no presente caso não estava pacificado, visto que o prazo prescricional nas ações indenizatórias contra a Fazenda Pública era defendido de maneira antagônica nos âmbitos doutrinário e jurisprudencial. Efetivamente, as Turmas de Direito Público desta Corte Superior divergiam sobre o tema, pois existem julgados de ambos os órgãos julgadores no sentido da aplicação do prazo prescricional trienal previsto no Código Civil de 2002 nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública. Nesse sentido, o seguintes

precedentes: REsp 1.238.260/PB, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 5.5.2011; REsp 1.217.933/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 25.4.2011; REsp 1.182.973/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 10.2.2011; REsp 1.066.063/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe de 17.11.2008; EREsp 1.066.063/RS, 1ª Seção, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 22/10/2009). A tese do prazo prescricional trienal também é defendida no âmbito doutrinário, dentre outros renomados doutrinadores: José dos Santos Carvalho Filho ("Manual de Direito Administrativo", 24ª Ed., Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2011, págs. 529/530) e Leonardo José Carneiro da Cunha ("A Fazenda Pública em Juízo", 8ª ed, São Paulo: Dialética, 2010, págs. 88/90).

3. Entretanto, não obstante os judiciosos entendimentos apontados, o atual e consolidado entendimento deste Tribunal Superior sobre o tema é no sentido da aplicação do prazo prescricional quinquenal - previsto do Decreto 20.910/32 - nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo trienal contido do Código Civil de 2002.

4. O principal fundamento que autoriza tal afirmação decorre da natureza especial do Decreto 20.910/32, que regula a prescrição, seja qual for a sua natureza, das pretensões formuladas contra a Fazenda Pública, ao contrário da disposição prevista no Código Civil, norma geral que regula o tema de maneira genérica, a qual não altera o caráter especial da legislação, muito menos é capaz de determinar a sua revogação. Sobre o tema: Rui Stoco ("Tratado de Responsabilidade Civil". Editora Revista dos Tribunais, 7ª Ed. - São Paulo, 2007; págs. 207/208) e Lucas Rocha Furtado ("Curso de Direito Administrativo". Editora Fórum, 2ª Ed. - Belo Horizonte, 2010; pág. 1042).

5. A previsão contida no art. 10 do Decreto 20.910/32, por si só, não autoriza a afirmação de que o prazo prescricional nas ações indenizatórias contra a Fazenda Pública foi reduzido pelo Código Civil de 2002, a qual deve ser interpretada pelos critérios histórico e hermenêutico. Nesse sentido: Marçal Justen Filho ("Curso de Direito Administrativo". Editora Saraiva, 5ª Ed. - São Paulo, 2010; págs. 1.296/1.299).

6. Sobre o tema, os recentes julgados desta Corte Superior: AgRg no AREsp 69.696/SE, 1ª Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 21.8.2012; AgRg nos EREsp 1.200.764/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 6.6.2012; AgRg no REsp 1.195.013/AP, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 23.5.2012; REsp 1.236.599/RR, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 21.5.2012; AgRg no AREsp 131.894/GO, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 26.4.2012; AgRg no AREsp 34.053/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 21.5.2012; AgRg no AREsp 36.517/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 23.2.2012; EREsp 1.081.885/RR, 1ª Seção, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJe de 1º.2.2011.

7. No caso concreto, a Corte *a quo*, ao julgar recurso contra sentença que reconheceu prazo trienal em ação indenizatória ajuizada por particular em face do Município, corretamente reformou a sentença para aplicar a prescrição quinquenal prevista no Decreto 20.910/32, em manifesta sintonia com o

entendimento desta Corte Superior sobre o tema.

8. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008.

(REsp 1.251.993/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2012, DJe 19/12/2012)

Por outro lado, para se chegar a uma conclusão contrária à do Tribunal *a quo*, no sentido de que estariam comprovados os requisitos para o recebimento do adicional de periculosidade no período reclamado, faz-se necessário incursionar no contexto fático-probatório da demanda, o que é inviável em recurso especial, por força do constante na Súmula 7/STJ.

No aspecto:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. VIGILANTE. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. PERÍCIA JUDICIAL. LEIS 8.112/1990 E 8.270/1991. SÚMULA 7/STJ.

[...]

9. Para desdizer o afirmado no acórdão, necessário incorrer no exame dos fatos e das provas dos autos, o que não é permitido, dado o óbice da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido, já afirmou o Ministro Og Fernandes em decisão monocrática: "a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, acerca da configuração da periculosidade, demandaria novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em sede recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ" (REsp 1.283.654/RN, publ. 26/10/2015). A propósito: REsp 1.693.667/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 10/10/2017, DJe 16/10/2017; AgInt no REsp 1.647.707/RO, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 22/8/2017, DJe 28/8/2017; AgRg no AREsp 609.026/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 5/2/2015, DJe 12/2/2015; AgRg no REsp 1.405.357/RN, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 15/10/2013, DJe 27/3/2014.

[...]

11. Recursos Especiais conhecidos em parte e, nessa parte, não providos. (REsp 1.742.734/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/6/2018, DJe 22/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA. AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. RECONHECIDA, PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, A PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. MATÉRIA FÁTICA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES.

I. "Não há omissão no acórdão recorrido, quando o Tribunal de origem pronuncia-se, de forma clara e precisa, sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão" (STJ, AgRg no REsp 1.054.145/RS, de minha relatoria, SEXTA TURMA, DJe de 11/03/2014).

II. Não se admite, no âmbito do Recurso Especial, nos termos da Súmula 7 desta Corte, o reexame dos aspectos fático-probatórios do caso em análise, mormente quanto ao reconhecimento, pelo Tribunal de origem, da existência dos requisitos autorizadores do pagamento, aos Auditores Fiscais da Receita Federal, de adicional de insalubridade. Nesse sentido: STJ, REsp 1331801/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/03/2014; AgRg no AREsp 318.459/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/06/2013; AgRg no REsp 654.522/PE, Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (Desembargadora Convocada do TJ/PE), SEXTA TURMA, DJe de 12/04/2013; REsp 1214674/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/04/2011.

III. Agravo Regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no AREsp 302.432/RS, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 2/10/2014, DJe 9/10/2014)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II do RISTJ, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator